

‘SEGUINDO EM MARCHA’ ESTUDOS SOBRE GÊNERO E FEMINISMOS NO CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS, CEA/ UEM, 1990-2018¹⁴⁶

*Isabel Maria Casimiro, Ximena Andrade,
Catarina Casimiro Trindade, Withney O. Sabino e Gessica Macamo*

Introdução

Neste artigo propomo-nos pensar o percurso empreendido pelos estudos sobre mulher e gênero na Universidade Eduardo Mondlane (UEM), e no Centro de Estudos Africanos (CEA), a partir de finais dos anos 80, seu início, e actualizar a informação compilada até 2016,¹⁴⁷ quando o CEA completou 40 anos de existência. O ano de 2008 merece destaque pois registou a criação, na UEM, do Centro de Coordenação dos Assuntos de Género (CeCAGE), uma unidade orgânica da UEM, criada pelo seu Conselho Universitário.¹⁴⁸

146 Este artigo é uma actualização de uma reflexão escrita em 2005, editada pela revista “Estudos Moçambicanos” Nº 21 do CEA, intitulada “Investigação sobre Mulher e Género no Centro de Estudos Africanos”, revisto em Agosto de 2007 com o título “A identidade do feminismo crítico em Moçambique: situando a nossa experiência como mulheres, académicas e activistas” e editado em 2010 no livro *African Feminist Politics of Knowledge. Tensions, Challenges, Possibilities*, pelo Nordic Africa Institute, Uppsala, Suécia, com o título “Critical Feminism in Mozambique. Situated in the Context of our Experiences as Women, Academics and Activists”. Já em 1992, e também na revista “Estudos Moçambicanos” Nº 11/12, Ximena Andrade e Isabel Casimiro haviam iniciado uma reflexão sobre as questões de género, feminismos e direitos humanos das mulheres em Moçambique, com base nas experiências das pesquisas no Centro de Estudos Africanos, do Núcleo de Estudos da Mulher (1988-1990), do Departamento de Estudos da Mulher e Género (criado em 1990 e terminado em 2014) e do Projecto WLSA - Women and Law in Southern Africa Research and Education Trust - regional e em Moçambique, iniciado em 1989, no Centro de Estudos Africanos da UEM. Este texto conta com novas contribuições de Catarina Casimiro Trindade, Withney O. Sabino e Gessica Macamo.

147 Ainda que se tenha estendido o levantamento até 2018.

148 Resolução no.5/CUN/2008 de 8 de Maio.

Neste tempo breve de três décadas e, beneficiando de um contexto nacional, regional e internacional bastante favorável,¹⁴⁹ passou-se de uma situação de espanto, dúvida e suspeita perante o significado e uso da categoria de género para a aceitação e utilização da mesma, bem como do recurso à perspectiva de género na análise das relações sociais, na revogação de legislação retrógrada e discriminatória, na elaboração de políticas públicas de género e para as mudanças nos conteúdos dos cursos. O Governo de Moçambique ratificou os principais instrumentos internacionais sobre direitos humanos das mulheres, empreendeu a reforma de legislação sobre discriminação e procedeu à elaboração de leis conformes à sua situação como Estado Parte.¹⁵⁰ Infelizmente, e como vem acontecendo com outras ferramentas analíticas potencialmente libertadoras, na maior parte das vezes, tem-se verificado uma generalização abusiva do seu significado, esvaziando as suas possibilidades transformadoras, de diálogo, de interrogações e elaborações contínuas e permanentes.

Os estudos sobre as relações de Género, sobre as relações de poder entre mulheres e homens, começam a ganhar corpo a partir de finais dos anos 60, nos países de língua inglesa - onde foi construída a categoria género (*Gender*) - mas depressa se expandiram pelo mundo.

Género, como categoria analítica, foi e continua a ser o resultado de interrogações feministas no sentido de esclarecer a subalternidade, discriminação e subordinação das mulheres no mundo, numa procura que caminhou e que continua a caminhar no sentido de interrogações, análises, pesquisas, debates. Não pretendem as suas criadoras feministas o esclarecimento contemplativo, por si, acerca da discriminação das mulheres. Moveu-as e move-as o desejo de alterar as relações desiguais entre mulheres e homens, entre mulheres e entre homens, no âmbito de construções identitárias múltiplas e diversas, baseadas num poder hierárquico, que marcam as discriminações entre os seres humanos, características do mundo capitalista, colonialista, patriarcal e racista, em que vivemos, com o propósito de o transformar.

149 As Conferências das Nações Unidas sobre a Mulher, no México em 1975, em Nairobi em 1985 e em Beijing em 1995.

150 Instrumentos Internacionais: A Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), ratificada pelo governo moçambicano em 1993; Declaração de Beijing, ratificada em 1995; Declaração de Género e Desenvolvimento da SADC, ratificada em 1997; Protocolo Opcional da Carta Africana sobre os Direitos Humanos e das Pessoas e Direitos das Mulheres, ratificado 2005; Declaração Solene da Igualdade de Género em África, ratificada em 1994; e o Protocolo da SADC sobre género e desenvolvimento, aprovado em 2008. Legislação nacional: Lei de Terras, Lei nº19/97, de 1 de Outubro; Lei da Família, Lei nº 10/2004, de 25 de Agosto (em processo de revisão); Lei da Violência Doméstica Praticada Contra a Mulher, Lei nº 29/2009, de 29 de Setembro; Código Penal, Lei nº 35/2014 de 31 de Dezembro e a Lei das Sucessões e Herança (em processo de revisão).

Em Moçambique, os estudos sobre as relações sociais entre mulheres e homens começam a desenvolver-se em meados da década de 80, afirmando-se na década de 90, após a IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, em Beijing. Por diversas razões, coube ao Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, não apenas visibilizar este novo campo de estudos, mas também realizar investigação sobre a mulher numa perspectiva feminista, de género e de direitos humanos.

Criou-se sobretudo uma prática de investigação-acção (em permanente construção), que em muito influenciou na alteração dos curricula da UEM, na integração das questões de género nas disciplinas e na criação de disciplinas e cursos de graduação e pós-graduação do Ensino Superior, com uma perspectiva de género.

Este processo incentivou a mobilização de mulheres para cursos maioritariamente masculinos¹⁵¹ e possibilitou o surgimento, desenvolvimento e apoio de associações de mulheres, do movimento de mulheres e do movimento feminista em Moçambique. Para além disso, impulsionou a modificação e elaboração de políticas públicas e a alteração e formulação de leis não discriminatórias em relação à mulher.

As participações da mulher na Luta Armada de Libertação Nacional (LALN) em Moçambique, entre 1962-1974, em Angola, Guiné-Bissau e Cabo Verde, foram factores históricos inspiradores e mobilizadores, considerando as reflexões e práticas que proporcionaram para a transformação do lugar da mulher na sociedade.

A criação no CEA, de um sector sobre a mulher numa perspectiva de género, o Departamento de Estudos da Mulher e Género (DEMEG), realizando pesquisa comprometida com a acção e em rede com instituições governamentais e associações, desencadeou um movimento de reflexão e diálogo epistemológico sobre o ensino e pesquisa na academia. Trata-se de uma pesquisa que “interroga o social”, realizada com “trabalho, rigor e criatividade”, com “metodologias participativas de ensino e pesquisa”, incluindo estudantes e docentes nas suas diversas fases, contribuindo para a formação de todas as pessoas envolvidas, criticando a política e sempre experimentando novos métodos científicos, admitindo mudanças no campo teórico (Brito, 2011; Gentili, 2012; Cruz e Silva, 2013). Um processo de pesquisa participativo, desde a fase

151 Referimo-nos às disciplinas de Antropologia dos cursos de História e Linguística e do Curso de Geografia da Faculdade de Letras, UEM; as disciplinas em cursos da UFICS (Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais), UEM; à experiência com o Mestrado de Educação, 2000, UEM; ao Projecto “Mulher e Engenharia”, na Faculdade de Engenharia, UEM.

de preparação, realização, análise dos dados, elaboração do relatório, até à difusão dos resultados, através da organização de encontros e diálogos, peças de teatro, envolvendo os sujeitos pesquisados, em diferentes unidades espaciais de estudos, e a equipa da pesquisa (Casimiro; Loforte; Pinto, 1992).

O presente artigo está organizado em duas partes. Partindo do presente para o passado, a primeira parte faz referência aos diversos campos em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género, que foram emergindo em Moçambique, sobretudo a partir de 2008, com o Movimento das Jovens Feministas (MOVFEMME), hospedado no Fórum Mulher. Considera-se que as três décadas de caminhada nos estudos e praxis de género, num diálogo entre academia e associações, foi permitindo o desabrochar de variadas formas de actuação, sobretudo de mulheres jovens, usufruindo da democratização, melhor e mais estendido acesso às redes sociais e a debates e experiências por parte de um grupo maior de pessoas. Um aspecto comum a este grupo de jovens raparigas é o reconhecimento do seu feminismo, a procura de respostas para variadas inquietações, o diálogo em encontros informais, abrangendo distintas actoras.

Na segunda parte, aborda-se o historial dos estudos de género no CEA, desde a sua criação, mas sobretudo, entre finais dos anos 80 a esta parte.

Movimentos auto-organizados e criação de espaços seguros

Entre 2014 e 2016 realizou-se no CEA uma pesquisa sobre “Movimentos Sociais em Moçambique: movimentos de mulheres e feministas”, tendo como alvo principal membros fundadoras e integrantes do MOVFEMME, bem como da Associação Sócio-Cultural Horizonte Azul (ASCHA). Foi possível identificar, no decurso da pesquisa, o surgimento em Moçambique de novos espaços gradualmente ocupados por jovens, identificadas ou não como feministas. Nesses espaços e/ou grupos de reflexão e estudo, as mulheres jovens conversam sobre a sua vida, sobre o que é ser mulher em diversas regiões e espaços de Moçambique, as suas relações com outras mulheres e com os homens, assim como com membros da sua família. As mulheres interrogam-se sobre o que se espera de si na sociedade, nomeadamente: ser mulher, mãe e esposa obediente, realizar as actividades domésticas sem apoio de outros membros que não as do sexo feminino e mais novas, dar primazia aos homens, qualquer que seja a idade, não ter vontade própria e fazer o que outros decidem para a sua vida, ser preterida nos estudos, suportar todas as injustiças e violências da parte dos papás, “dos que mandam”, ser considerada inferior e fraca, chorar por tudo e por nada, aceitar as uniões forçadas e ser entregue

a homens para pagamento de dívidas. Debatem e questionam que ser homem é ser forte, viril e macho, violento, ter muitas mulheres, que “homem que é homem não chora”, que o homem é o chefe de família e o provedor da casa. A domesticidade para a mulher, a iniciativa e a criatividade para o homem (Casimiro, 2014). As jovens reflectem sobre a sexualidade, sobre o seu corpo, os seus desejos, num contexto de secretismo e tabu destes assuntos.

Estas jovens têm os seus próprios padrões de desenvolvimento, bastante diversos e organizando-se interseccionalmente,¹⁵² com formas bastante informais e numa vasta variedade de estruturas organizacionais, como veremos mais adiante. São críticas das formas tradicionais de organização e da “ONGização” dos espaços (Fonseca, 2016; FRIDA & AWID, 2016; Roy, 2016), muitas das vezes excludentes das suas preocupações, desejos e desafios. As jovens trabalham sobre questões candentes e da sua vida quotidiana e possuem propostas e estratégias inovadoras e criativas no sentido de mudanças efectivas. Estão articuladas nacional, regional e internacionalmente e utilizam o ativismo,¹⁵³ as possibilidades dos *media* e das TIC's.¹⁵⁴ Não costumam ter financiamento e enfrentam condições precárias de actividades, ainda que em maior liberdade de pensamento, diálogo e acção (FRIDA & AWID, 2016).

Conversou-se com algumas destas jovens no âmbito da pesquisa comparativa “Diálogos em confronto”. Trajectórias, construções e percursos emancipatórios das mulheres nos PALOP's: Guiné-Bissau, Cabo Verde e Moçambique (CODESRIA), iniciada em Fevereiro de 2017. A partir desta pesquisa, que tem por principal eixo a emancipação/libertação da mulher durante e após a luta de libertação em Moçambique, retomaram-se as discussões sobre a participação das mulheres na Luta Armada de Libertação Nacional (LALN)¹⁵⁵ e quis-se conhecer as percepções de mulheres jovens (feministas ou não) sobre as mulheres combatentes/militantes, a sua participação na luta de libertação e sobre os processos de luta pela igualdade, que estão a ser construídos actualmente.

152 Conceito usado pela primeira vez por Kimberlé Williams Crenshaw, feminista e professora especializada em questões de raça e género nos Estados Unidos da América. Utilizou este conceito pela primeira vez nas suas pesquisas nos anos 90 sobre as violências vividas por mulheres negras. Trata-se de um conceito sociológico que estuda as interações nas vidas das minorias, entre diversas estruturas de poder que se entrelaçam: classe, raça, género, patriarcado. A interseccionalidade é a consequência de diferentes formas de dominação ou de discriminação. (Crenshaw, 1991).

153 Um novo conceito que aborda a combinação de arte e activismo nas acções das jovens feministas.

154 Tecnologias de Informação e Comunicação.

155 Tema da monografia de Isabel Casimiro, elaborada em 1986, no âmbito de um projecto no

Foram entrevistadas jovens membros de organizações formais e jovens com outras formas de ver e de participar na luta feminista. A partir daí, surgiu a oportunidade de trazer estas experiências de mulheres jovens, por um lado, sobre como percebem este contexto de des(igualdades) e de luta pela igualdade de género e, por outro, sobre como se organizam individual e colectivamente para ocupar o espaço público.

As actividades organizadas pelas jovens feministas, que fazem parte da pesquisa em andamento, estão ligadas à criação de espaços seguros de partilha, de construção e de solidariedade entre mulheres, com o uso da sua profissão para fazer questionamentos, com a chamada de atenção e mudança de comportamento, com advocacia e activismo individual e colectivo de forma auto-organizada, fora dos padrões do associativismo institucional e as responsabilidades que daí advenham.

Destaca-se o uso da tecnologia e das redes sociais para partilhar informações, reflexões, fazer e divulgar campanhas, muito à luz do que se teoriza como quarta onda feminista (Buarque de Holanda, 2018; FRIDA & AWID, 2016), que é liderada por jovens e se caracteriza justamente pelo uso das redes sociais, tendo como principais assuntos o assédio e a violência nos transportes e espaços públicos, nos campus universitários, no mercado de trabalho, na *media*, dentre outros. A título de exemplo de *blogs* de jovens feministas, temos o Escreve Eliana, Escreve, da feminista Eliana Nzualo e A Jovem Feminista, da médica e feminista Denise Milice. Outras activistas sem *blogs* têm produzido textos de reflexão, que são partilhados nas suas páginas do *Facebook*, através do *WhatsApp* e outras redes sociais como por exemplo Énia Lipanga ou Mmana Wa Vatsongwana, que expõem e reflectem sobre o seu quotidiano de violências nos transportes colectivos.

Tendo como ferramenta o artivismo, a ASCHA discute e visibiliza as desigualdades e a violência contra mulheres e raparigas através da poesia, teatro das oprimidas¹⁵⁶ e *Xigubo* Feminista.¹⁵⁷ Estas manifestações artísticas são normalmente apresentadas por rapazes e raparigas em batucadas feministas

156 “O Teatro do Oprimido (TO) é uma metodologia criada por Augusto Boal nos anos de 1960, que pretende usar o teatro como ferramenta de trabalho político, social, ético e estético, contribuindo para a transformação social. Foi desenvolvida (e está ainda sendo, nas mãos de quem usa agora este método) ao longo das diferentes experiências de Boal, quer na América Latina (onde viveu a ditadura brasileira e a derrota das esquerdas latino-americanas que o levaram ao exílio) quer na Europa”, e também em Moçambique. (<https://oprime.wordpress.com/about/>, acesso a 12.02.2019).

157 *Xigubo* é uma dança guerreira tradicional do Sul de Moçambique e que representa a resistência colonial do país; normalmente dançada por homens.

feitas nas ruas do bairro, em que a associação está inserida, mas também em encontros e fóruns organizados pela associação. A ASCHA organiza anualmente o Fórum Distrital e Municipal de Género, com o objetivo de juntar estruturas locais, direções de serviços públicos e escolas para conversar sobre os problemas ligados às questões de género, num espaço em que rapazes e raparigas falam na primeira voz, num ambiente seguro.

Ainda no ativismo tem-se experiências de mulheres ocupando espaço no *Hip-Hop*, como é o caso do grupo Revolução Feminina,¹⁵⁸ a *rapper* e jurista Iveth Mafundza, assim como Gina Pepa e Sister África. Cada vez mais jovens e artistas moçambicanas questionam as dinâmicas de poder nas artes, se juntam a campanhas e produzem conteúdos pela igualdade de género. Foi criada, em 2016, a banda “as Marias”, também conhecida por banda feminina da Escola de Comunicação e Arte (ECA) da UEM e há artistas como Melita Matsinhe, Regina Santos, Banda Kakana ou Rodhália cantando temas sobre a mulher. No teatro, e em mesclas de teatro e dança, as actrizes Lucrecia Paco e Gigliola Zacara têm produzido monólogos e pequenas actuações sobre violência contra as mulheres e depressão.

Quanto à criação de espaços seguros, o MOVFEMME organiza desde 2009 as “Fogueiras Feministas”, onde jovens sentam-se em roda para partilhar as suas experiências e conversar sobre um tema escolhido para cada edição. Em 2018, foi criado o “Algo Mais para Nós Mulheres”, uma iniciativa de espaço seguro de conversa e solidariedade entre mulheres, que se reúnem uma vez por mês, para conversar sobre um tema sugerido pelas integrantes do grupo. As rodas de conversa são organizadas por Giselle Daiana e Withney Sabino, com apoio do Centro Cultural Moçambicano-Alemão, local do evento. Também em 2018, foi criado o “Matabicho Feminista”, por Eliana Nzualo, um evento no modelo de espaço seguro que acontece bimensalmente entre feministas. Os temas são escolhidos em grupo e vão desde sexualidade à espiritualidade africana, entre outros.

Em 2020, tem lugar, no campus universitário da UEM, o 14º Congresso Mundial Mundos de Mulheres (MM2020), um evento internacional e interdisciplinar que cruza e põe a dialogar diferentes áreas da academia e do activismo (movimentos sociais de mulheres e feministas) de todo o mundo, em torno da temática “FeminismoS AfricanoS: Construindo alternativas para as mulheres e para o mundo através de um corredor de saberes que cuida e resiste”. A organização do MM2020 está a cargo de uma Coordenação Geral, liderada

158 Do qual fazem parte Énia Lipanga, F-T, guigazz M Black, Célia Madime.

por Isabel Casimiro em representação do CEA,¹⁵⁹ e envolvendo o CeCAGe, a Universidade Pedagógica de Moçambique, o Fórum Mulher e a Marcha Mundial das Mulheres em Moçambique. De mencionar que fazem parte das comissões de trabalho criadas, uma diversidade de associações feministas, organizações de mulheres, os movimentos não formais, activistas, artistas de canto, dança, teatro, música, universidades e institutos superiores.

Espera-se que a realização deste evento propicie o diálogo entre as organizações e os movimentos sociais feministas com a academia, na articulação das suas pautas e na produção de conhecimento. Ao mesmo tempo, acredita-se que é de grande valia conectar as experiências da academia e de movimentos a nível regional e internacional.

A realização do MM2020 representa a visibilidade de uma trajectória iniciada com a criação do CEA em 1976, concretizada com a criação do Núcleo de Estudos da Mulher (NEM) em 1988, designado DEMEG em 1990. Conta também com a organização do projecto de pesquisa-acção WLSA a nível regional e em Moçambique, que permitiu a realização de pesquisa comprometida com a mudança, e articulações nacionais e regionais pelos direitos humanos das mulheres. Uma caminhada feita de pesquisa-acção, de envolvimento na criação e participação em associações de mulheres, em mudanças nos cursos do ensino superior, da legislação discriminatória, na elaboração de políticas públicas de género, caminhada pelos direitos humanos das mulheres e contra a discriminação de que temos sido alvo na história, contando nós a nossa própria história.

O MM2020 é um evento que conta com a organização e realização de diferentes gerações de mulheres trabalhando em conjunto, mulheres que vêm de vários espaços do campo em torno dos direitos das mulheres, mulheres e jovens dos movimentos e das academias em várias partes do mundo.

A trajectória dos estudos de género no Centro de Estudos Africanos

A partir de meados dos anos 80, começou a desenhar-se, ao nível do CEA, uma linha de investigação sobre estudos da mulher, no âmbito dos projectos

159 Em Dezembro de 2016, o CEA na pessoa de Isabel Casimiro, recebeu um convite para a UEM se candidatar à organização do 14º Mundos de Mulheres. A proposta apresentada foi aceite e durante o 13º Congresso Mundos de Mulheres, organizado pela Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, realizado em conjunto com o 11º *Fazendo Género*, a delegação de Moçambique recebeu, através da Vice-Reitora Académica, Profª Doutora Amélia Uamusse e uma delegação de académicas e activistas de Moçambique, a responsabilidade de organizar o próximo MM.

existentes, com o objectivo de conhecer a vida da mulher em Moçambique, através dos diversos períodos históricos e interligando-a com a vida da mulher em África e no mundo. Pretendia-se analisar o fazer, estar e sentir de mulheres e homens antes da penetração colonial, o impacto do colonialismo na divisão de trabalho entre mulheres e homens, no acesso, controlo e partilha de recursos e poder. Era também importante pesquisar o papel da mulher na resistência anti-colonial, nos movimentos nacionalistas, a sua contribuição para a luta armada de libertação nacional dirigida pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e no período posterior à independência.

No presente trabalho, fomos nos apercebendo que o estudo das relações sociais entre mulheres e homens, entre mulheres e entre homens, atendendo a contextos espaciais e temporais específicos, e a variadas dimensões¹⁶⁰, ou seja, as relações sociais de género, se revelavam como uma categoria analítica operatória e potencial no nosso trabalho de investigação. A experiência de investigação-acção ao nível do CEA e das redes com que se tem trabalhado, têm manifestado a operacionalidade desta categoria, no entendimento das raízes da discriminação da mulher, no modo como se produz e se reproduz o feminino e o masculino, como o espaço-tempo doméstico, o espaço-tempo da produção, do mercado, da comunidade, da cidadania e o mundial têm sido construídos em Moçambique, desde o período colonial até ao limiar do século XXI (Santos, 2000:254). Esta construção do feminino e do masculino refere-se ao contexto de relações colonial-capitalistas e pós-colonial-capitalistas, patriarcais e racistas que convivem e se reproduzem juntamente com relações pré-capitalistas, que em Moçambique cobrem uma escala significativa do território e da população nacional. Trata-se uma construção com rupturas e continuidades permanentes no reconhecimento de formas em constante movimento, na dinâmica das inter-relações com a modernidade cruzando-se em todos os espaços e dimensões mencionados.

O trabalho empírico realizado foi gradualmente exigindo um melhor aprofundamento epistemológico, no sentido de entender a realidade que nos cerca, reconstruir conceitos e metodologias, reconceptualizar os paradigmas científicos, ou seja, produzir conhecimento e não apenas factos a serem trabalhados por outros, fora de Moçambique.

160 Referimo-nos concretamente às dimensões classe, rendimento, estatuto/ posição, cor da pele, educação, religião, urbano/rural, sexo, parentesco, etnia, língua, idade/geração. Kimberlé Crenshaw desenvolveu, os anos 90, o conceito de interseccionalidade para analisar como raça, género e classe se interseccionam e geram diferentes formas de opressão.

Reflexões sobre a categoria de gênero

Qual a importância da categoria gênero? Está-se perante um campo complexo, em transformação, do qual se tem produzido e se continua a produzir uma vasta literatura crítica (Correa, 2000). No decorrer da construção deste novo conhecimento, muitas feministas não concordam com a sua utilização, outras empregam-na com bastante cuidado e/ou numa perspectiva de esclarecimento político e, ainda, há outras que continuam com as suas interrogações em busca de conceitos mais operacionais na explicação das desigualdades entre mulheres e homens (Verea, 2016).

A reflexão sobre as relações de gênero ocorreu num momento particular para as Ciências Sociais e Humanas e também no seio do Movimento Feminista a nível mundial, o qual ganha um novo fôlego a partir dos anos 60.¹⁶¹ Entre os anos 60-80, as Ciências Sociais e Humanas empreenderam uma grande transformação, devido às mudanças ocorridas com a situação mundial, que vai coincidir com um período de ressurgimento do Movimento Feminista nos anos 60. Esta fase do Movimento Feminista ganhou corpo num momento histórico de grande deslocação ideológica e de perda de perspectiva, tendo ficado mais evidente a necessidade de repensar os paradigmas dominantes no sentido de melhor compreender o mundo para o transformar. A necessidade que as mulheres sentiram de conhecer, compreender e visibilizar a sua vida ao longo da história da humanidade obrigou a uma revisão das Ciências Sociais e Humanas e dos seus postulados científicos, à construção de objectos a partir de recortes da realidade empiricamente observáveis e à formulação de hipóteses e de teorias mais próximas do real (Barbieri, 1991:29). Ciências como a História, a Antropologia, a Psicologia, a Psicanálise, a Filosofia e a Linguística viviam uma grande efervescência epistemológica, que acabou por alimentar as inquietações das feministas. Articulando ao nível da Linguística os temas da sociedade, cultura e indivíduo de uma nova maneira, estas disciplinas falam de relações e diferenças, de masculino e feminino, de poder e hierarquia, incerteza e questionamento. É aqui que se pode situar a contribuição para a reflexão sobre gênero.

A produção de conhecimento por parte das diferentes correntes do feminismo constitui uma ruptura epistemológica, talvez a mais importante dos últimos quarenta anos nas Ciências Sociais (Harding, 1988), na medida em que veio perturbar a harmonia androcática do saber - social, científico, político - caucionado pelo paradigma científico dominante, provocando, como

161 Em 1949, foi editado o livro de Simone de Beauvoir *O Segundo Sexo*. Foi preciso esperar pelos anos 60 para a massificação do seu conhecimento, dentro e fora do Movimento Feminista.

bem refere Julieta Kirkwood (1984:100), desafio, insolência, arrojo, liberdade, desordem que permitiu tirar a venda oprimida dos olhos, fornecendo uma maior aproximação ao mundo real dos direitos humanos.

Como categoria, género implica uma série de dimensões de relações de poder expressas simbolicamente na linguagem dos corpos, na representação do masculino e do feminino, como elemento constitutivo de identidades e subjetividades, na articulação micro/macro e nas práticas. Também revela como a dominação masculina está inscrita na palavra, nas coisas e nos objectos, nos espaços, nas estruturas mentais, na forma como percebemos os outros e está inscrita na forma de usar o próprio corpo, base para a subordinação da mulher.

Muitos se têm interrogado sobre a validade ou não desta categoria, se não se está mais uma vez perante uma categoria importada e assimilada por imperativos de “ajuda ao desenvolvimento”, de conteúdos alheios à realidade africana e, fundamentalmente, confundem-no com mulher. Para certos entendimentos, falar de género é o mesmo que falar de mulher e quem utiliza este termo como conceito apenas propõe uma inversão de situações - serem as mulheres a deter e exercer o poder a partir de agora como o fazem os homens, sem que se alterem as relações de desigualdade. Paradoxalmente, a categoria de género, que foi utilizada pelos psicólogos e adoptada pelas feministas dos anos 60-70 para fugir à referente biológica da palavra sexo, é muitas das vezes utilizada como sinónimo de Sexo:

Sexo é um termo da biologia, Género (gender) emprega-se em psicologia e em relação a processos culturais. Poder-se-ia pensar que estas palavras são simplesmente duas maneiras de considerar a mesma diferença e que se, por exemplo, uma pessoa é de sexo feminino, pertence automaticamente ao género correspondente (feminino neste caso). Mas de facto não é assim. Ser homem ou mulher, menino ou menina, é tanto a maneira de vestir-se, os gestos, a actividade, a rede social e a personalidade como os órgãos genitais que cada um tem (Oakley, 1972).

Como refere Simone de Beauvoir (1960), “Não se nasce mulher, torna-se mulher”. Por um lado, não se pode esquecer que a utilização do conceito sexo na biologia refere exclusivamente a dimensão reprodutiva do ser humano (no par sexo masculino e feminino) e, independente da sexualidade e o seu exercício, que é um ganho humano, convertendo-se numa das instâncias diferenciadoras mais significativas entre os seres humanos e o resto dos mamíferos. Por outro, tão pouco esquecer que, actualmente, a reprodução humana tende a separar-se cada vez mais da própria dimensão natural da biologia, incorporando-se ao âmbito tecno-social da engenharia da reprodução humana.

Apesar de existir ainda em torno deste conceito muito desentendimento e, sobretudo, desconhecimento, esvaziamento e cooptação do seu significado, este, acabou por ganhar corpo e ser hoje considerado condição *sine qua non* para que uma actividade ou projecto tenha o apoio de organizações doadoras internacionais.

Entretanto, como vem acontecendo com outros conceitos potencialmente emancipadores, a sua utilização entrou no terreno das lutas políticas e académicas, de ocupação de espaços, capitais e poder, tão caros à nossa sobrevivência, acabando por originar o esvaziamento do seu conteúdo de análise e de transformação da realidade desigual e opressiva que nos rodeia, sendo cooptado pelo poder que sempre é inteligentemente oportunista. Como refere Kamla Bhasin, “Há na questão de Género muito dinheiro, mas pouca paixão, existe nela objectividade, mas poucas apostas” (citado em Arnfred, 1999:2).

Signe Arnfred, socióloga feminista¹⁶² que tem pesquisado questões de género e sexualidade em Moçambique, analisa esta questão num pequeno texto intitulado “*Género e Desenvolvimento: Discussão e Crítica*” (1999). Signe refere a conquista do espaço por parte da política Género e Desenvolvimento - que se seguiu a Mulher e Desenvolvimento - como fruto dos movimentos das mulheres à escala global, sobretudo a partir da IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, em Beijing (1995). Por todo o mundo, elaboraram-se Planos de Acção Pós-Beijing, cujo desempenho foi analisado em 2000. Moçambique participou na IV Conferência de Beijing com uma delegação de 20 mulheres de todo o país, organizada pelo Fórum Mulher que posteriormente e em conjunto com o Governo trabalhou no Programa Pós-Beijing. Fica entretanto a questão de como pôr em prática uma política de género sem redefinir a agenda sobre o desenvolvimento. O que vem acontecendo, na maior parte dos países, é a utilização de uma nova roupagem, em termos de terminologia, sem que se alterem as relações de poder a nível dos países e entre estes e as organizações doadoras internacionais.

O que se verifica então hoje nas organizações internacionais e nas políticas dos governos, em que a tendência é *gender mainstreaming*?¹⁶³ Começa a haver um discurso de que género é uma categoria bem comportada fora da dimensão dos direitos humanos das mulheres, ou seja, do feminismo; a neutralização do termo género perante um uso esvaziado do seu conteúdo revolucionário - género acaba por ser uma categoria descritiva de informação estatística entre homens e mulheres e, muitas das vezes, é compreendida como sinónimo

162 Docente e investigadora na Universidade de Roskild na Dinamarca.

163 Ou seja, pôr género na corrente central?

de mulher;¹⁶⁴ gênero e Poder entraram na agenda também através do conceito de empoderamento (*empowerment*), confundindo-se empoderamento com empreendedorismo econômico, reduzindo-se a luta por direitos humanos da mulher ao facto de esta empreender economicamente; a vitimização da mulher - o discurso da acção de algumas correntes do movimento de mulheres nos últimos anos acaba por vitimizar as mulheres pela situação existente, desvirtuando a análise da discriminação a partir dos direitos humanos, para a confinar à dimensão mais pura do assistencialismo.

Importa entretanto registar que a categoria de gênero permitiu visualizar a situação da desigualdade e da discriminação da mulher e, sobretudo, o seu reconhecimento no âmbito da agenda pública. Quer dizer, a neutralidade deste conceito permitiu a institucionalização do reconhecimento da desigualdade e da discriminação da mulher, apesar das conotações negativas anteriormente anotadas.

O que se verifica no campo académico? Chegou-se a um estádio significativo dos estudos feministas através de desdobramentos teóricos de maior relevância, a mudanças nos níveis teórico, metodológico e de acção, sendo a nível epistemológico que o avanço se tem verificado crescente, no âmbito do feminismo crítico. O estudo e a investigação sobre a subordinação, discriminação, desigualdade e subalternidade das mulheres, na procura de um modelo alternativo solidário feminista, estimularam a análise em vários campos da realidade social, nomeadamente: o legal, o da participação social, no contexto da família, no âmbito do trabalho, da produção e da reprodução, da economia do cuidado, das economias alternativas e solidárias, na participação na educação e nos processos de tomada de decisão. É de destacar o contributo dos Movimentos Feministas críticos e de acção no avanço do conhecimento da sexualidade, uma vez que a discriminação de que a mulher é objecto nos diferentes âmbitos da vida social, é estruturada em favor dos homens, tem a sua base de sustentação no controlo da sexualidade e da reprodução no corpo da mulher.

O avanço do movimento feminista impulsionou o debate sobre a masculinidade, que começou em fins dos anos 80 nos Estados Unidos, Canadá, Inglaterra e Austrália, tendo um destaque especial durante a Conferência das Nações Unidas sobre População e Desenvolvimento, no Cairo (1994).¹⁶⁵ A responsabilidade masculina transformou-se em envolver os homens sobre si

164 Tal como tem sido referenciado até por académicos da nossa universidade “já temos o gênero na UEM”, referindo-se à presença de mulheres nos departamentos da instituição.

165 A investigação sobre a masculinidade estendeu-se a outros países tanto do terceiro como do primeiro mundo já a partir dos anos 90.

mesmos, sobre a sua sexualidade, sobre a sua saúde e a das suas parceiras; sobre a violência exercida contra as mulheres, contra outros homens e sobre si mesmos - a tríada da violência dos Homens de Michael Kaufman (Kauffman, 1987). As investigações realizadas têm-se centrado na análise de uma identidade masculina fora do paradigma androcático com o intuito de propor uma sexualidade de prazer compartilhado tanto para os homens como para as mulheres. Neste sentido e indo ao encontro das mudanças a nível regional e mundial, foi criada em Moçambique, em 2009, a Rede Homens pela Mudança (Rede HOPEM), rede de organizações e instituições que trabalham ou estão interessadas em lutar pelos direitos humanos de homens, mulheres e crianças (Langa, 2011).

A experiência do Centro de Estudos Africanos

O Núcleo de Estudos da Mulher (NEM) foi concebido em 1988, como forma de visibilizar uma dimensão do conhecimento, que até àquele momento não tinha ainda sido tida em conta. A UEM começou já, a partir da década de 80, a dedicar a sua atenção aos estudos da mulher, por parte de docentes e investigadores nacionais formados sobretudo na área de Ciências Sociais e Humanas. Realça-se aqui algumas investigações que, sem ter como objecto de estudo a mulher, debruçam-se sobre parte da sua realidade.¹⁶⁶

Em 1985, a UEM e a UNESCO, Divisão dos Direitos Humanos e Paz, promoveu um Seminário intitulado “A Mulher na Reconstrução Nacional em Moçambique”, com participação de diversas instituições governamentais e não-governamentais, organizações sócio-profissionais, que realizavam trabalho e/ou pesquisas sobre a mulher em Moçambique. Este seminário sucedeu a um conjunto de estudos e seminários organizados pela UNESCO sobre “A participação das mulheres na Luta de Libertação Nacional e o seu papel e actividades nos países recém-independentes de África”.¹⁶⁷ Uma das propostas saídas deste seminário apontava para a necessidade da UEM, assim como outras instituições de ensino superior vocacionadas para o efeito, se organizarem e colocarem as suas capacidades ao serviço da investigação e formação de e sobre mulheres, contribuindo, deste modo, para o seu melhor envolvimento no desenvolvimento do país. Foi também preocupação deste seminário a

166 A investigação sobre “O Mineiro Moçambicano”, “A Questão Agrária em Moçambique”, “A Situação da Classe Operária”, “A Actuação do Estado ao nível do Distrito”, “O Papel das Cooperativas de produção e de Consumo”, “A Situação nas Antigas Zonas Libertadas”, no CEA; “Trabalho Feminino Rural, Combustível Doméstico e Nutrição” entre algumas Faculdades da UEM e a OIT, entre muitos outros projectos de investigação.

167 Em 1983, a “Oficina de História” do CEA/UEM fez-se representar num encontro em Bissau, organizado pela UNESCO sobre a participação das mulheres na Luta Armada. Isabel Casimiro, apresentou o documento elaborado pela *Oficina de História*.

coordenação dos diversos trabalhos e/ou pesquisas que se realizavam sobre a mulher em Moçambique. Constatou-se a existência de trabalho de investigação realizado e que em muito contribuía para um melhor entendimento da situação da mulher, mas infelizmente, era desconhecido pelas outras instituições afins e associações sócio-profissionais.

Após o primeiro balanço do trabalho realizado nesta área, o CEA, que vinha desenvolvendo pesquisa sobre a participação da mulher na Luta Armada de Libertação Nacional (LALN), através da "*Oficina de História*", iniciou um trabalho de debate interno e também com outras instituições. Esta reflexão tinha por objectivo encontrar colectivamente ideias para se avançar num trabalho de investigação particularizado na mulher como objecto de estudo.

Em 1989, começa-se a delinear um plano do que seria mais tarde o NEM. Durante este ano, o CEA tenta incorporar pessoas interessadas em trabalhar nesta área de pesquisa, tendo conseguido agregar a esta iniciativa, duas estudantes do Instituto Superior Pedagógico (ISP). Estabelecem-se contactos com a Organização da Mulher Moçambicana (OMM), a União Geral das Cooperativas de Maputo (UGC), a Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Família (AMODEFA), com a Direcção Nacional do Desenvolvimento Rural (DNDR), o Ministério da Justiça, da Educação, do Trabalho, da Saúde e com a Direcção Nacional de Estatística (DNE) a fim de coordenar e planificar actividades conjuntas.

O NEM inicia as suas actividades em 1989 com o seguinte plano: coordenar, a nível de Moçambique, o projecto "*A Situação Legal da Mulher e o Direito a Alimentos*" (*Women and Law in Southern Africa Research Project and Maintenance Rights*, WLSA), 1990-91; elaborar uma Bibliografia Anotada: "*A Mulher no Desenvolvimento em Moçambique*"; formar duas estudantes em assuntos sobre a mulher e género e em organização informática de dados, de acordo com o Programa MICRO-ISIS, UNESCO; estabelecer contactos com organizações governamentais, não-governamentais e sociais, moçambicanas, regionais e internacionais; realizar outros projectos de investigação e consultorias de acordo com os objectivos definidos pelo NEM.

Em 1991, concluiu-se que o NEM havia cumprido os objectivos traçados e, em diversos aspectos, as actividades realizadas e as solicitações surgidas no decurso do trabalho ultrapassaram as expectativas. O debate realizado em torno das interrogantes sobre as bases da discriminação da mulher e a incorporação crescente da categoria de género como categoria sistémica de explicação à volta dos elementos integrantes, que produzem esta discriminação, levou a que a unidade de pesquisa tivesse uma denominação mais de acordo com as ideias do debate em curso. Deste modo, a unidade passou a designar-se

Departamento de Estudos da Mulher e Género (DEMEG), que se foi transformando num ponto de referência, para este campo do conhecimento.

A organização das actividades desenvolvidas foi orientada para seis dimensões da investigação-acção, realçando o facto de que todos os profissionais envolvidos são docentes, o que resultou na incorporação da perspectiva de género nas respectivas disciplinas, a saber:

- i. Organização institucional do DEMEG;
- ii. Participação em projectos de investigação nacionais, regionais e internacionais e realização de consultorias relativas às temáticas das investigações realizadas;
- iii. Formação, dentro e fora da UEM, e participação na própria formação dos membros do DEMEG;
- iv. Actividades e seminários de reflexão teórica sobre Direitos Humanos, Feminismo e Relações de Género, realizados em três níveis do DEMEG;
- v. Activismo, no sentido de contribuição para a criação de associações nacionais de mulheres; participação activa em associações de mulheres nacionais, regionais e internacionais; participação em conferências nacionais, regionais e internacionais;
- vi. Participação nos órgãos de poder do Estado - Executivo, Legislativo e Judicial - e em *Boards* e Grupos de Trabalho nacionais, regionais e internacionais (ver anexo II).

Os estudos de género no CEA

Estes anos de leituras e de investigação participativa propiciaram debates sobre a categoria Género, sobre as dinâmicas sociais e as relações entre mulheres e homens no marco dos direitos humanos das mulheres. Dialogou-se com diferentes quadrantes da sociedade, trabalhou-se para o melhoramento das condições de vida das pessoas, focaram-se novas problemáticas, enfrentaram-se tabus, mas, sobretudo, produziu-se conhecimento nacional sobre as características da discriminação da mulher.

Neste processo, foram igualmente surgindo associações de mulheres, tal é o caso da Associação Mulher, Lei e Desenvolvimento (MULEIDE), do Núcleo Mulher e Meio Ambiente (NUMMA) e do Fórum Mulher - Coordenação para a Mulher no Desenvolvimento. Um outro aspecto a considerar está rela-

cionado com a integração da perspectiva de género nos programas do Governo, de 1994 e 1999, a criação duma Comissão de Assuntos Sociais, Género e Meio Ambiente, na Assembleia da República, a partir do primeiro Parlamento multipartidário e de um Ministério da Mulher e da Coordenação da Acção Social. De referir, igualmente, o surgimento de Núcleos de Género ao nível dos Ministérios e das Autarquias criadas a partir de 1998.

Um dos projectos, que muito contribuiu para o desenvolvimento dos estudos de Género no CEA, foi o Projecto WLSA - *Women and Law in Southern Africa Research Trust* - que funcionou no CEA desde 1990 até finais de Março de 2001.¹⁶⁸ Este projecto de investigação-acção desencadeou a criação de redes de investigadores de estabelecimentos de ensino superior, das instituições do Estado, do sector da Justiça e das associações, que iam surgindo. Acabou, deste modo, por interessar os investigadores e estudantes universitários pelos estudos da problemática da mulher a partir de um enfoque de género e mobilizar outros sectores da sociedade em prol dos direitos humanos das mulheres.

O projecto em referência foi a primeira linha de investigação sobre a mulher e a Lei, com um enfoque de género, que começou a ser concebido num encontro realizado em *Nyanga*, no Zimbabwe, em 1988, com a participação de mulheres e homens académicos, membros de ONG's e activistas de sectores diversos dos países da África Austral. Neste seminário, foram apresentados relatórios sobre a situação legal da mulher dos diferentes países participantes, fez-se o balanço da investigação realizada na região, das metodologias e perspectivas de investigação, bem como os desafios. Como resultado deste primeiro encontro, foram elaborados temas prioritários, desenhou-se uma pesquisa de carácter regional e comparada, a partir de problemáticas comuns, tendo-se igualmente proposto formas diversas de contacto com possíveis doadores. A partir de 1990, seis países, nomeadamente: Botswana, Lesoto, Moçambique, Swazilândia, Zâmbia e Zimbabwe engajaram-se em um projecto regional comparado sobre a Mulher e o Direito a Alimentos na África Austral. A África do Sul e a Namíbia, que haviam tomado parte no encontro preparatório, não puderam participar, devido às sanções internacionais contra o regime do *apartheid*. A partir de 1996, o Malawi passa a integrar a WLSA.

A equipa de Moçambique envolveu-se neste projecto, consciente dos desafios, que isso implicaria. Se é verdade que o CEA reunia um capital científico invejável, acumulado ao longo de 15 anos de actividade de pesquisa e ensino, convém realçar que se tratava de uma nova fase na sua história, com alguns investigadores da "velha guarda", que ajudaram a conceber e criar o centro,

168 A partir desta data, WLSA Moçambique funciona como uma associação independente, mantendo relações com o CEA.

mas com uma maioria recentemente recrutada, uma vez terminados os seus estudos. Não havia ainda investigação na área científica legal, os estudos sobre mulher e género mal haviam começado ao nível do DEMEG e muito poucas pessoas se mostravam interessadas em se envolver neste novo desafio científico, uma vez que as questões de género e legais não haviam ainda entrado na luta pela conquista de espaços no campo académico, no activismo das diversas organizações e ao nível do Estado. O movimento associativo, com novas características, era recente. A Constituição que reconhece o direito à associação, apenas fora aprovada, pela então Assembleia Popular, em Novembro de 1990, e as organizações não-governamentais no terreno eram a AMODEFA e a ACTIVA. A OMM era a única organização de mulheres com implantação à escala nacional, criada em 1973 pela FRELIMO.

Convém realçar que este projecto iniciou com apenas uma investigadora do CEA, que pudesse dar uma boa parte do seu tempo a esta actividade, em conjunto com investigadoras associadas, entre as quais uma docente da Faculdade de Letras (Departamento de Geografia), três juristas, duas das quais haviam participado no encontro preparatório de 1988. Esta actividade era articulada ao nível do CEA com outras actividades desenvolvidas no DEMEG.

O trabalho de campo realizou-se em condições extremamente difíceis, uma vez que Moçambique se encontrava ainda mergulhado numa guerra de desestabilização,¹⁶⁹ que deslocou cerca de 5 milhões de pessoas - 1/3 da população - e 1 milhão de refugiados em países vizinhos. Não era possível permanecer nos locais de estudo, o que implicou que as equipas fossem obrigadas a se deslocar todos os dias, após as aulas, às 13h, e a regressar antes das 16h30, por razões de segurança.¹⁷⁰ Nos bairros da cintura peri-urbana de Maputo, foi necessário trabalhar também durante os fins-de-semana, o que criava transtornos aos informadores, devido ao seu envolvimento em tarefas diversas para a sua sobrevivência, bem como em tarefas sociais ao nível da família e comunidade. O factor desestabilização foi, pois, um entrave a um alargamento das áreas de estudo na primeira fase do projecto WLSA em 1990-92.¹⁷¹

Um outro desafio era o do sistema legal vigente nos restantes cinco países e a utilização da língua inglesa, como língua de contacto, de pensamento e de

169 Em Outubro de 1992, foi assinado o “Acordo de Roma”, entre o Governo de Moçambique e a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO).

170 As áreas espaciais de estudo eram então, a cidade de Maputo (capital do país) e o distrito de Boane, a cerca de 30km da cidade de Maputo.

171 Apenas na 2ª fase do projecto, em 1992, alargou-se as áreas de estudo para a província de Nampula, no norte do país, numa altura em que as condições de trabalho eram as mesmas que Maputo.

elaboração de relatórios, o que obrigou a um esforço por parte da equipa moçambicana, que tinha os mesmos prazos, que os restantes países para a elaboração dos relatórios nas duas línguas. Estas situações obrigaram-nos a entender o sistema legal dos restantes países do Projecto WLSA e a uma política de “tradução” para efeitos de comparação entre diferentes sistemas legais em vigor nos países da África Austral.

Podemos dizer, volvidos anos de intenso trabalho no Projecto Regional WLSA que, apesar de todos os desafios, a equipa moçambicana engajou-se, não apenas para cumprir prazos na elaboração de relatórios em língua portuguesa e inglesa, como também ao nível do desafio epistemológico. Referimo-nos às concepções e metodologias de uma investigação-acção, estudo e contribuição dentro de uma perspectiva de género e feminista e no desenvolvimento de uma investigação interdisciplinar real, não apenas a partir do envolvimento de investigadores de diversos campos do conhecimento, mas também na procura de uma transdisciplinaridade deste novo objecto de estudo.

A partir de 2000, há um conjunto de factores, que determinaram a alteração do contexto de funcionamento da WLSA, nomeadamente: a diminuição de fundos e o surgimento de uma nova realidade política que levaram a organização a se repensar e a se registar, como uma associação independente, em 2003.¹⁷²

O DEMEG manteve as suas actividades¹⁷³ de pesquisa em articulação com outros sectores da UEM e de Instituições de Ensino Superior, instituições públicas e das associações, bem como em rede com universidades africanas e de fora do continente. As linhas de pesquisa- acção têm abordado temas como: os direitos sexuais e reprodutivos, HIV/SIDA, violência de género, participação política das mulheres, eleições, empoderamento económico e acesso a fundos de desenvolvimento distrital, feminização da pobreza, acesso da mulher à terra, economias solidárias, participação da mulher no movimento nacionalista e na LALN e o movimento das jovens feministas. De salientar a participação deste departamento em grupos de trabalho de proposta de elaboração de leis, como no caso da Lei da Violência Doméstica Praticada contra a Mulher. Neste percurso, importa referir que, a partir de 2012, o intercâmbio com universidades brasileiras, com o Programa de Pro Mobilidade Internacional da CAPES, através de pesquisa conjunta, mobilidade de estudantes, orientação de trabalhos e participação em seminários.

172 Informação retirada do *site* oficial da WLSA, na secção “Apresentação da WLSA Moçambique” (www.wlsa.org.mz) Acessado a 19/07/2018.

173 O DEMEG é encerrado em 2012. Em 2014 é criado o Departamento de Estudos de Desenvolvimento e Género, de acordo com o Regulamento do CEA, Boletim da República II Série nº 71, 3 de Setembro de 2014.

Criação do CeCAGe na UEM

A criação do CeCAGe, em 2008, permitiu uma visibilidade institucional aos estudos de género na UEM, através do processo de mainstreaming ou transversalidade de género em todas as actividades. Tal como em outras instituições públicas, as unidades orgânicas da UEM passaram a contar gradualmente com Pontos Focais de Género, ainda que a pesquisa realizada indique que esta medida não tem tido muito impacto. O desconhecimento, por um lado, mas também a desvalorização em relação a tudo que se relacione com género, por outro, têm contribuído para atitudes de desconsideração e negligência.

Há, no presente, mais cursos e unidades curriculares com a perspectiva de género. Está em processo a elaboração de um Mestrado em Género e Políticas Públicas e Género e Ensino Superior. Uma comissão elabora a Estratégia de Género da UEM. Realizam-se conferências científicas e pesquisas em diversas áreas. O CeCAGe passou a organizar anualmente o Curso de Planificação e Orçamentação na Óptica de Género, bem como, todos os anos, há a Semana de Género, em Novembro, incluída no calendário académico, coincidindo com os 16 Dias de Activismo pelos Direitos Humanos das Mulheres (ver Anexo II).

Dos espaços da construção da identidade

Na pesquisa sobre a mulher com enfoque de género, temos sido confrontadas com muitas interrogações e poucas certezas. Cada novo trabalho desenvolve-se entre o mal-estar e o prazer, mas sempre dentro de um desafio permanente, em que se estuda e debate com colegas teorias e metodologias, as novas linguagens para entender e descrever o que se percebe, a nova consciência e práticas, que são finalmente expressões de cidadania das mulheres. A experiência acumulada ao longo destes anos e o seu confronto com a produção científica realizada nas diferentes latitudes do mundo permitiu-nos ir construindo maneiras de olhar estas realidades, cruzadas com a nossa própria experiência e contexto na qual nos inserimos.

O trabalho de investigação tem sido orientado por uma perspectiva feminista crítica e transformativa, que incorpora elementos do feminismo marxista, nacionalista e pós-estruturalista (Mbilinyi, 2015; 1992:46-47). Esta perspectiva encontra-se mais perto dos pensamentos feministas da diferença (León, 2000), reconstruídos na actualidade, quanto a resgatar algumas premissas do pensamento feminista da igualdade, mas somente na dimensão dos direitos humanos, base do respeito da diferença. Uma destas perspectivas críticas foi desenvolvida a partir da década de 80 por feministas dos países do Sul Global e como forma

de contribuir, a partir das suas próprias realidades, para a criação realizada no Norte Global, que caracterizou os estudos feministas durante muito tempo. Esta, tem como ponto de partida, as diferentes experiências de diversos grupos de mulheres nas lutas políticas dos seus respectivos países e, como foco, as relações sociais em análise e acção, nomeadamente: as de género, classe, cor da pele, etnicidade e imperialistas. É localizada num país neo-colonizado, no quadro do sistema-mundo capitalista e da sociedade em rede¹⁷⁴ e tem uma posição situada anti-imperialista, anti-colonialista, anti-patriarcal e anti-racista. A mesma, baseia-se num conhecimento situado, em que a perspectiva reflecte a nossa vivência, modo de estar e de analisar, individual e colectivo, perspectiva marcada pela educação familiar, experiência política, cultural e social, como mulheres, académicas, membros de partidos políticos, de associações da sociedade civil, mães, esposas. Perspectiva também marcada pela participação, ao longo dos últimos onze anos, em um projecto de investigação, que envolve, neste momento, sete países da África Austral, sobre a Lei e a mulher, projecto que se desenvolveu com base no conhecimento do que se faz um pouco pelos vários países, uma maneira própria de investigar (WLSA, 1996).

Quando se investiga e se escrevem os resultados da pesquisa, também se trabalha a história nacional e política, incluindo a nossa história como mulheres feministas. Estamos, portanto, a escrever uma história muito recente, uma história ainda vivida nas dores e alegrias do quotidiano, num processo de 'engajamento' e 'distanciamento' pessoal e temporal, em que se relaciona a vivência académica, tentando conservar uma distância solidária, com a nossa vivência política e militante. Um dia-a-dia que traduz, por vezes, um mal-estar, pela necessidade sentida de estar por dentro dos acontecimentos, vivê-los, desafiá-los e influenciá-los, mas, ao mesmo tempo, pela convicção de operar em contextos, que escapam às análises convencionais. A realidade moçambicana obriga a um permanente reflectir e encontrar formas de traduzir as diversas maneiras de estar e pensar o mundo, as outras racionalidades e modos de visibilizá-las, através de estilos de vida e de dizeres, acções e estratégias, que se articulam e interpenetram, e que escapam à nossa percepção. Mas também sem deslizar para a análise fácil - 'encaixando-as' em concepções e discursos preconcebidos, ou inventando o já conhecido -, sem escorregar para a justificação e o paternalismo. Sem cair, também, na hierarquização e desvalorização destas racionalidades e inteligibilidades, em relação ao conhecimento considerado científico, e remetendo-as à classificação de "outros" conhecimentos (Santos, 2001).

174 Sociedade em Rede é o conceito criado e cunhado por Manuel Castells, para identificar e designar a sociedade global actual, no seu livro La sociedade Red traduzido para A sociedade em rede, editado em 1999 pela Editora Paz e Terra, S. Paulo, Vol. I A era da informação.

Esta vivência fragmentada, com diversas identidades, muitas vezes contraditórias e em conflito umas com as outras, representa uma fonte rica para o nosso olhar feminista (Harding, 1987; Mbilinyi, 1992; Mulinari, 1997). É um trabalho, que procura incorporar, a análise histórica e que é multi e inter-disciplinar e multi-dimensional, inter-relacional na análise dos aspectos económicos, políticos, culturais e psicológicos. Em termos metodológicos e epistemológicos, esta perspectiva procura, portanto, combinar as esferas subjectivas e objectivas e considerar o processo de trabalho de campo e de escrita como parte e culminar respectivamente do processo de investigação (Harding, 1987; Stanley, 1993; Mulinari, 1997; Amadiume, 1987 e 1997; WLSA, 1996).

Esta perspectiva teórica e analítica foi construída - e se mantém em permanente construção - a partir das experiências, desejos, interesses, necessidades e resistências de diferentes grupos de mulheres, marcadas pelas variáveis classe, cor da pele/etnia, origem urbana/rural, estatuto, formação, religião, orientação sexual, como um indicador significativo em relação às hipóteses apresentadas. Estas experiências de diversos grupos têm em conta que as mulheres não constituem um grupo homogêneo e que as suas vivências são multifacetadas. Como actoras sociais portadoras de uma multiplicidade de identidades, que não são totalmente fixas e por vezes contraditórias entre o dizer e a prática, sentimo-nos em condições de, como académicas e militantes, não aparecermos como uma voz invisível, anónima, de autoridade, mas como sujeitos reais, historicamente determinados, com vivências, posições, desejos e interesses concretos e específicos, no significado das identidades e nas funções dos papéis desempenhados. A desconstrução e construção das identidades primárias é, na perspectiva que nos orienta, vista como condição necessária para uma compreensão adequada da complexidade de relações sociais, o que leva a melhor entender a multiplicidade das relações de dominação e de subordinação em que, nós mulheres, estamos envolvidas, deste modo podendo pensar na luta feminista no plural, e em que se poderão aplicar os princípios da liberdade e da igualdade (Harding, 1987; Mouffe, 1996; Castells, 1999). A nossa história e experiência, como académicas e militantes modelam, deste modo, os resultados das análises e são parte da evidência empírica, a favor ou contra as solicitações avançadas nos resultados da investigação (Harding, 1987; Mouffe, 1996).

A perspectiva feminista de género que defendemos parte da análise das relações sociais entre mulheres e homens e entre mulheres e entre homens, permitindo estudar o modo como são construídas, social e relacionalmente, a identidade feminina e masculina, e reconhece que a natureza social da hierarquização nas relações de género é a condição fundamental para pensar as transformações e recusar que as diferenças entre mulheres e homens sejam naturais. A construção da feminilidade e da masculinidade interrelaciona-se

com as variáveis de cor da pele/ etnia, classe, origem rural/urbana, formação, estatuto, como já mencionado e a partilha entre poderes, saberes e competências nas diferentes dimensões da sociedade está em permanente renegociação, originando resistências e contestações, mas também a aceitação ou a penetração nos espaços da ordem estabelecida, em diferentes momentos e em contextos espaciais diversos. Na procura de uma identidade de projecto feminista que atinja as mudanças radicais para uma alternativa de um mundo realmente humano para mulheres e homens.

Referências Bibliográficas

- A. A. e ARNFRED, S., African Feminist Politics of Knowledge. Tensions, Challenges, Possibilities. Uppsala: Nordic Africa Institute, pp. 137-156.
- AMADIUME, I. (1997). Reinventing Africa. Matriarchy, Religion, Culture. London: Zed Books.
- AMADIUME, I. (1987). Male Daughters, Female Husbands. Gender and Sex in an African Society. London: Zed Books.
- ANDRADE, X. e CASIMIRO, I. (1992). "Construindo uma Teoria de Gênero em Moçambique". *Estudos Moçambicanos*, N°11/12. pp. 93-110.
- ARNFRED, S. (1999). Gênero e Desenvolvimento: Discussão e Crítica (Mimeo).
- BARBIERI, T. (1991). "Sobre la Categoría Género: Una Introducción Teórico-Methodológica". In: Fundação Carlos Chagas, Direitos Reprodutivos, Concurso de Pesquisa sobre direitos Reprodutivos, São Paulo: PRODIR. pp. 25-43.
- BEAUVOIR, S. (1960). O Segundo Sexo. Fatos e Mitos. S.Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- BRITO, L. (2011). "Por uma Sociologia sem Fronteiras" - O exemplo de "O Mineiro Moçambicano". Maputo: Associação Moçambicana de Sociologia, II Aula Pública de Sociologia.
- BUARQUE DE HOLANDA, H. (2018). Explosão Feminista. Arte, Cultura, Política E Universidade. S. Paulo: Companhia das Letras.
- CASIMIRO, I. (2014). "Activismos feministas e interrogações sobre masculinidades em Moçambique". Revista da Rede HOPEM.
- CASIMIRO, I., ANDRADE, X. (2010). "Critical Feminism in Mozambique. Situated in the Context of our Experiences as Women, Academics and Activists". In: AMPOFO,
- CASIMIRO, I., ANDRADE, X. (2005). "Investigação sobre Mulher e Gênero no Centro de Estudos Africanos". *Estudos Moçambicanos*, N°21. pp. 7-27.
- CASIMIRO, I. (2004). "Paz na terra, guerra em casa" Feminismo e organizações de mulheres em Moçambique. Maputo: PROMÉDIA. Colecção Identidades (reeditado no Brasil, UFPE, Recife, 2014).
- CASIMIRO, I., LOFORTE, A.; PINTO, A. P. (1992). Women in Mozambique. Maputo: CEA/UEM/NORAD.
- CASIMIRO, I. (1986). Transformação nas Relações Homem/Mulher em Moçambique 1960-74. Trabalho de Diploma para obtenção do grau académico de Licenciatura em História, Faculdade de Letras, UEM.

- CASTELLS, M. (1999). O Poder da Identidade. A Era da Informação. Economia, Sociedade e Cultura, Vol. 2. S. Paulo: Paz e Terra, 3ª edição.
- CORREA, S. (2000). “Debates” no âmbito do Seminário de Género organizado pelo Departamento de Estudos da Mulher e Género, CEA, UEM.
- CRENSHAW, K. (1991). “Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color”. *Stanford Law Review*, Vol. 43, No. 6 (Jul., 1991), pp. 1241-1299
- CRUZ e SILVA, T. (2013). “Elogio da Laureada”. Atribuição de Doutoramento Honoris Causa em Sociologia a Heloise Ruth First, Maputo.
- FONSECA, C. (2016). “Feminismos e estudos feministas: com as trabalhadoras sexuais na mira”. *Cadernos Pagu* (47), 2016, Julho. Acessado em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332016000200303&script=sci_abstract&tlng=pt. Data de acesso: 28/02/2019,
- FRIDA & AWID (2016). Brave creative resilient. The global state of young feminist organizing. The Young Feminist Fund and AWID's Young Feminist Activism Program. Acessado em: <https://youngfeministfund.org/wp-content/uploads/2017/05/Global-State-of-Young-Feminist-Organizing.pdf>, Data de Acesso: 17/02/2017
- GENTILI, A. M. (2012). “Prefácio”. In: CRUZ e SILVA, T.; BORGES COELHO, J.P., e NEVES DE SOUTO, A. Como fazer Ciências Sociais e Humanas em África? Questões epistemológicas, Metodológicas, Teóricas e Políticas. Dakar: CODESRIA, pp. 17-26.
- HARDING, S. (1986). The Science Question in Feminism. Ithaka, New York: Cornell University Press.
- HARDING, S. (1988). Feminism and Methodology. Indiana: Indiana University Press.
- KAUFMAN, M. ed. (1987). The Construction of Masculinity and the Triad of Men's Violence. Beyond patriarchy essays by men on pleasure, power, and change. New York: Oxford University Press.
- KIRKWOOD, J. (1984). “Los Nudos De La Sabiduria Feminista”. *Revista de las Mujeres*, Nº 1, II Encuentro Feminista Latino-Americano y del Caribe, Lima, Peru, Santiago do Chile: ISIS International. pp. 99-125.
- LANGA, J. (2011). “Conheça a Nova Rede: Homens que querem mudança”. In: WLSA: Breves. Maputo, 24 de Fevereiro. Acessado em: <http://www.wlsa.org.mz/conheca-a-nova-rede-homens-que-querem-mudanca/> Data de acesso: 21/05/2019.
- LEÓN, V. S. (2000). “Qué es el Feminismo de la Diferencia?” Mujeres en Red. Acessado em: http://www.nodo50.org/mujeresred/vitoria_sendon-feminismo-de-la-diferencia.html 31-10-2000@t. Data de acesso: 29/05/2005

- MBILINYI, M. (2015). "Transformative Feminism in Tanzania: Animation and Grass-roots Women's Struggles for Land and Livelihoods". In: Baksh, R. and Harcourt, W. Edts. The Oxford Handbook of Transnational Feminist Movements. Online Publication Date: May 2015. DOI: 10.1093/oxfordhb/9780199943494.013.026
- MBILINYI, M. (1992). "Research Methodologies in Gender Issues". In: MEENA, R. (ed). Gender in Southern Africa - Conceptual and Theoretical Issues. Harare: SAPES BOOKS. pp. 31-70.
- MOÇAMBIQUE (2009). Lei sobre a Violência Doméstica Praticada contra a Mulher. Lei nº 29/2009, de 29 de Setembro.
- MOÇAMBIQUE (2004). Lei da Família. Lei nº 10/2004, de 25 de Agosto.
- MOÇAMBIQUE (1997). Lei de Terras. Lei nº 19/97, de 1 de Outubro.
- MOÇAMBIQUE, (2014). Código Penal de Moçambique. Aprovado pela Lei Nº 35 de 2014, de 31 de Dezembro.
- MOUFFE, C. (1996). O Regresso do Político. Lisboa: Gradiva.
- MULINARI, D. (1997). "Third World Women and Discourses of Domination". In: ARNFRED, S. (ed) Issues of Methodology and Epistemology in Postcolonial Studies. Roskilde: International Development Studies
- OAKLEY, Ann (1972). Sex, Gender and Society. New York: Harper and Row.
- ROY, A. (2016) "La ONG-ización de la resistencia". 19 de octubre de 2016. Acessado em: <http://www.librerred.net/?p=47162>. Data de Acesso: 19.10.2016.
- SANTOS, B. S.(org) (2001). Globalização, Fatalidade ou Utopia?, Porto: Edições Afrontamento.
- SANTOS, B. S. (2000). A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência [Para um novo senso comum. A ciência, o direito e a política na transição paradigmática], Volume 1. Porto: Edições Afrontamento.
- SCOTT, J. (1991). Género: Uma categoria útil para análise histórica. Texto original: Gender: An Useful Category of Historical Analysis. Gender and Politics of History, Columbia University Press, New York, 1989. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Acessado em: https://edisciplinas.usp.br/plugin-file.php/185058/mod_resource/content/2/Género-Joan%20Scott.pdf Data de acesso: 21/05/2019.
- STANLEY, L. (ed) (1993). Feminist Praxis, Research, Theory and Epistemology in Feminist Sociology. London: Routledge
- VEREA, C. P. (2016). "Veinte años de pensar el género". *Debate Feminista* 52 (2016). Pp. 34-49.
- WLSA (1996). WLSA Regional impact study report. Harare: WLSA.

Anexo 1 - Actividades desenvolvidas pelo DEMEG entre 1990 e 2007

1. **Organização institucional do DEMEG:** Formar quatro documentalistas em organização informática de dados, de acordo com o Programa MICRO-ISIS-UNESCO¹⁷⁵; Elaborar a Bibliografia Anotada intitulada? “Mulher no Desenvolvimento em Moçambique”, com 555 títulos, 1992; Organizar uma Biblioteca de Mulher e Género¹⁷⁶.
2. Participação em projectos de investigação nacionais, regionais e internacionais e realização de consultorias relativas às temáticas das investigações realizadas:

Consultoria “O Estatuto da Mulher em Moçambique”, OMM/ UNICEF, Maputo, 1988; Investigação sobre “As Mulheres e a Lei em Moçambique”: Mulher e Direito a Alimentos; Mulher e Direito de Sucessão e Herança; Famílias em Contextos de Mudança; Mulher e Administração da Justiça; Violência Doméstica, no período de 1990-2001, no âmbito do Projecto Regional “Women and Law in Southern Africa Research Trust”; Consultoria “A Mulher em Moçambique”, financiada pela NORAD, através do WID Committee, 1991; Consultoria “Inventário de Projectos/Programas/Actividades Mulher no Desenvolvimento em Moçambique”, financiado pelo PNUD e discutida no WID Committee, 1991; Segunda fase da consultoria “Mulher em situação difícil”, financiada pelo UNICEF a pedido da OMM, 1991; “Prognóstico da Gestão Urbana, Políticas Públicas e Dinâmicas Locais em Cidades Intermédias: Estudo da Cidade da Beira”. Projecto Internacional com a participação da Bolívia e Paquistão com apoio do Fundo Suíço para a Investigação, 1994-95;

Participação na realização do *booklet* sobre a “Dimensão de Género nas Estatísticas, Comissão Nacional do Plano, 1994- 95; Projecto “Mulheres Moçambicanas em Números” com o apoio do UNICEF, 1995; Projecto “Mulher Estudante e Universidade”, com o apoio da NORAD, 1995; “Perfil sobre Mulher no Desenvolvimento”, a pedido da SARDC, 1997- 99; Investigação sobre “Violência Doméstica”, financiada pela Cooperação Suíça, 1997-99;

175 Duas documentalistas foram formadas graças à Fundação Ford (1990-92) e dois (uma mulher e um homem) no contexto do Programa Mulher (1998- 2001), através da Cooperação Italiana, MOVIMONDO-MOLISV

176 A organização da Biblioteca sobre Mulher e Género iniciou em 1990, com o apoio da Fundação Ford e prosseguiu entre 1998-2001, no âmbito do Programa Mulher financiado pela Cooperação Italiana, MOVIMONDO-MOLISV

Investigação “Mulher e Autarquias”, financiado pela NORAD, 1998; Programa Mulher, financiado pela Cooperação Italiana, Movimondo- Molisv com as seguintes componentes: “Investigação sobre associações de camponeses na Manhica”; “Inventário de Projectos, Programas e Actividades sobre a Mulher, 1975- 2000”; atribuição de bolsas para estudantes que realizam teses numa perspectiva de género, 1998-2001; organização de dois seminários de reflexão sobre Género; Investigação “O Impacto Sócio-Económico do HIV/ SIDA numa perspectiva de Género - Agregados Familiares e Comunidade nas cidades de Maputo e Quelimane”, solicitado pelo Ministério da Mulher e da Coordenação da Acção Social e financiado pelo FNUAP, Julho-Setembro de 2001; Investigação “Levantamento e estudo sobre o grau de cobertura na disponibilização do Preservativo Masculino pelos intervenientes existentes”, solicitado pelo Conselho Nacional de Combate ao HIV/SIDA”, Dezembro de 2001, Fevereiro de 2002; “Levantamento e anotação bibliográfica sobre a construção da sexualidade entre adolescentes e jovens”, solicitado pelo Conselho Nacional de Combate ao HIV/SIDA, Outubro 2002; Investigação “Estudo Base do Projecto Kulhuvuka - Corredor da Esperança”, solicitado pela FDC (Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade), Maputo, Julho 2002.

3. Formação

3.1 Cursos ministrados

Na UEM

Faculdade de Letras, Cursos de História, Geografia e Linguística; UFICS; Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal; Faculdade de Direito; Faculdade de Medicina;

Fora UEM

Cursos sobre Género e Desenvolvimento a instituições do aparelho do Estado, Assembleia da República, Poder Judicial, Associações, Comunidade e Partidos Políticos. Cabe destacar os cursos realizados no contexto do Ministério do Interior, e Professoras.

3.2 Cursos recebidos

Formação académica de pós-graduação; Género e Desenvolvimento; Teoria Feminista; Advocacia; Método do Quadro Lógico (*Logical Framework*); Metodologias de Investigação; Elaboração Monitorização de Orçamentos para projectos de investigação e de acção.

4. Actividades e Seminários de reflexão teórica sobre Direitos Humanos, Feminismo e Relações de Género, realizados em três níveis do DEMEG: No

contexto do DEMEG/CEA, do DEMEG/WLSA e do “Ponto de Encontro”.¹⁷⁷

5. Activismo: Contribuição para a criação de Associações Nacionais de Mulheres; participação activa em Associações de Mulheres nacionais, regionais e internacionais; participação em Conferências nacionais, regionais e internacionais: Contribuição para a criação da associação MULEIDE (Mulher, Lei e Desenvolvimento em Moçambique), 1991-92; NUMMA (Núcleo Mulher e Meio Ambiente), 1992, registado no âmbito do Fórum Internacional das ONG’s, das Nações Unidas; Fórum Mulher, 1993; Participação regular nos grupos de trabalho Mulher no Desenvolvimento (WID Committee/ Grupo de Coordenação Mulher no Desenvolvimento).¹⁷⁸ Os 16 Dias de Activismo de Luta contra a Violência contra a Mulher começaram a ser comemorados no e pelo CEA, no contexto do Projecto WLSA, a partir de 1990, e mais tarde, em 1993 com o Fórum Mulher; Foi também no CEA que se começou a assinalar o 28 de Maio, Dia Internacional de Acção pela Saúde da Mulher, em conjunto com outras associações, nomeadamente o Fórum Mulher.
6. Participação nos órgãos de poder do Estado - Executivo, Legislativo e Judicial - e em Boards e Grupos de Trabalho nacionais, regionais e internacionais: Board do Programa de Desenvolvimento de Micro-Crédito para Mulheres, no IDIL (Instituto para o Desenvolvimento da Indústria Local), Ministério de Indústria e Energia; Grupo de Trabalho Inter-Sectorial sobre Estatísticas de Género, INE (Instituto Nacional de Estatística); Grupo de Trabalho sobre a Política de População em Moçambique, Comissão Nacional do Plano; Grupo Operativo para o Avanço da Mulher,¹⁷⁹ Ministério da Mulher e da Coordenação da Acção Social; Participação no debate no contexto da Comissão da Reforma Legal sobre o Projecto de Lei de Família e de Reforma do Código Penal; Grupo de Trabalho para a elaboração do Ante-Projecto de Violência Doméstica no contexto do Fórum Mulher; *SAPES Board of Trustees*.

177 “Ponto de Encontro” era uma actividade do CEA, realizada mensalmente com o objectivo de debater, informalmente resultados parciais e finais de investigação e objectos de estudo de interesse, como por exemplo, ambiente, pobreza, metodologia de investigação, religião, família, violência, entre outros.

178 O WID Committee era constituído pelas WID Programm Officers das Organizações das nações Unidas e Internacionais a operar em Moçambique. O Grupo de Coordenação Mulher no Desenvolvimento transformou-se no Fórum Mulher em 1993. O CEA através do DEMEG foi eleito para o seu Conselho de Direcção no período 1993-2000.

179 Este Grupo interinstitucional e com a participação da sociedade civil foi constituído com o intuito de monitorar a Plataforma de Acção da IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, 1995.

Anexo 2 - Actividades desenvolvidas na UEM entre 2008 e 2018

PESQUISA, PROGRAMA, CURSO, GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, DISCIPLINA	FACULDADE, DEPARTAMENTO, CENTRO, ESCOLA	PERÍODO	CONSIDERAÇÕES
Focal point ¹⁸⁰	Todas as faculdades e unidades orgânicas têm um ponto focal de género	-----	Os/as pontos focais entrevistad@s referiram que seu único papel tem sido participar em algumas reuniões no CeCaGe, mas tem tido pouco contacto com as questões de género e sentem que o impacto de terem Pontos focais ainda é mínimo.
Programa	Centro de Análises de Políticas	Surge no dia 16 de Abril de 2008 em consequência da fusão entre o Centro de Estudos de População (CEP), o Núcleo de Estudos da Terra (NET) e o Núcleo de Estudos de Boa Governação e Administração Pública (NE-GAP)	Um dos departamentos que o constitui é o Departamento de Estudos da População e Desenvolvimento (com enfoque para demografia, problemáticas de HIV-SIDA, assuntos de Género e migrações).
Pesquisa: Género em Moçambique: causas e lições da desflorestação e degradação florestal	CAP	Em curso	
Centro	Centro dos Direitos Humanos	Em Curso	Programa Desafio Saúde Sexual e Reprodutiva): com dois projectos (P1 e P2) um sobre Direitos Humanos e outro sobre Direitos Sociais;

180 Após a criação do CeCAGE, todas as unidades passaram a ter um focal point de género. Mas as três pontos focais entrevistadas mostraram que essa medida não tem tido muito impacto para as unidades em que estão afectas. Levantamento realizado em 2017.

PESQUISA, PROGRAMA, CURSO, GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, DISCIPLINA	FACULDADE, DEPARTAMENTO, CENTRO, ESCOLA	PERÍODO	CONSIDERAÇÕES
Centro	CeCAGE é uma unidade orgânica da Universidade Eduardo Mondlane, criada pelo Conselho Universitário da UEM através da resolução no.5/CUN/2008 de 8 de Maio	2008	Dedica-se à coordenação dos assuntos e actividades do género na vertente de investigação, formação e prestação de serviços à Universidade Eduardo Mondlane e à comunidade em assuntos do género. As suas actividades abrangem em todas as províncias onde a UEM tem faculdades e escolas superiores através dos pontos focais de género em cada unidade orgânica da UEM.
Curso- Planificação e Orçamentação na Óptica do Género (POOG),	CeCAGE	2011 - em aberto	Foram realizadas 6 (seis) Edições, onde foram formados mais de 230 cidadãos, dentre os quais, estrangeiros, nacionais provenientes de ministérios, membros do parlamento, instituições académicas, municípios e sociedade civil. Deste número cerca de 58% são mulheres e 42% homens.
Programa- Mês da Mulher	CeCAGE	O evento é Anual (teve início no ano de 2014) durante alguns dias do mês da mulher que inicia na primeira semana de Março e vai até ao dia 07 de Abril.	Realização de seminários, encontros, palestras sobre questões do género em diferentes unidades da UEM e/ ou com parceiros e destina-se a académicos, estudantes, sociedade civil, parlamentares, representantes de ministérios e parceiros de cooperação.
Pesquisa-CUSTOS SÓCIO-ECONÓMICOS DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM MOÇAMBIQUE	CeCAGE	Novembro de 2011	Esta pesquisa é fruto de uma parceria entre o CeCAGE e a ONU MULHERES.

PESQUISA, PROGRAMA, CURSO, GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, DISCIPLINA	FACULDADE, DEPARTAMENTO, CENTRO, ESCOLA	PERÍODO	CONSIDERAÇÕES
Projecto de pesquisa-Programa de Apoio ao Empoderamento Socioeconómico das Mulheres (PESED)	CeCAGE	Março a Dezembro de 2015	<ul style="list-style-type: none"> - Este projecto é resultado da parceria entre a Cooperação Italiana e o CeCAGE; - O projecto teve o financiamento de até 5 milhões de meticais. - Os resultados da pesquisa foram apresentados durante dois dias na I Conferência Internacional Sobre a Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres, realizado na UEM.
Pesquisa - Cidades Seguras Livre da Violência contra Mulheres e raparigas	CeCAGE	Julho-Dezembro de 2016	Esta pesquisa é fruto de uma parceria entre o CeCAGE e a ONU MULHERES.
Livro “Género e Direitos Humanos em Moçambique”	Departamento de Sociologia	2010	
Livro Impactos da Violência: Moçambique e Brasil	Departamento de Sociologia	2011	Coordenado por Nair Teles. Patrocinado pelo PNUD
Livro Rostos de mulher	Departamento de Sociologia	2012	
Disciplina de Género e Poder Político (Licenciatura em Ciência Política)	Departamento de Administração Pública e Ciência Política - FLCS	2011	Uma cadeira nuclear do 2º semestre do segundo ano, leccionada por Isabel Casimiro e? Carlota Mondlane Tembe
Disciplina Perspectivas do Género na Educação (Licenciatura em Organização e Gestão da Educação)	Faculdade de Educação		Cadeira nuclear no 2º semestre do 2º ano
Disciplina Ambiente Sociedade e Género (Licenciatura em Educação Ambiental)	Faculdade de Educação		Cadeira nuclear do 2º semestre do 3º ano

PESQUISA, PROGRAMA, CURSO, GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, DISCIPLINA	FACULDADE, DEPARTAMENTO, CENTRO, ESCOLA	PERÍODO	CONSIDERAÇÕES
Cadeira de Contexto Histórico, Sociológico e Antropológico da Educação em Moçambique: Módulos 7, "Cultura e Género na Educação Moçambicana" e 8, "Cultura e Valores: Perspectivas Feministas". Mestrado em Educação, Faculdade de Educação, UEM	Iniciado em 2000		
Cadeira Aspectos Sócio-Culturais e de Género, Mestrado de População e Desenvolvimento, Faculdade de Letras e Ciências Sociais	Iniciado em 2010		
Mestrado de Agronomia e Desenvolvimento Rural. Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal	Iniciado em 2005		
Faculdade de Ciências. Projectos de Pesquisa e Cursos sobre Mulher, Género e Energia; Energias Renováveis, Desenvolvimento Sustentável; Tecnologias de Energia de Biomassa - Módulo de Energia e Género; <i>The SADC Training Programme on Rural Energy Planning and Environmental Management</i> ; questões de género no levantamento de dados	2007		
Rede Luso-Brasileira de Estudos Ambientais			
Doutoramento em Educação. Módulo Trabalho, Educação e Género iniciado em 2018	Faculdade de Educação UEM	2018	

PESQUISA, PROGRAMA, CURSO, GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, DISCIPLINA	FACULDADE, DEPARTAMENTO, CENTRO, ESCOLA	PERÍODO	CONSIDERAÇÕES
Disciplina de Geografia Social e do Género (Licenciatura em Geografia com orientação em População, Desenvolvimento e Ambiente)	Departamento de Geografia - FLCS	1992	Leccionado por Ximena de Andrade. Das primeiras cadeiras a reflectir sobre questões de género
Disciplina Cultura e Sexualidade (Licenciatura em Antropologia)	Departamento de Antropologia e Arqueologia - FLCS		
Programa Mulher e Engenharia	Faculdade de Engenharia e Ciências	Surge nos anos 90 com apoio da FDC	
Elaboração da proposta de Mestrado em Género e Desenvolvimento, especializações Género e Ensino Superior e Políticas Públicas.	CeCAGe	Iniciada em 2014	
Elaboração da estratégia de Género na UEM, iniciada em 2016		Iniciada em 2016	
Banda feminina da eca as marias		Criada em 2016	